

caderno de
QUESTÕES

1.000

QUESTÕES PARA O

PM-AL

SOLDADO COMBATENTE

SUMÁRIO

LINGUA PORTUGUESA.....	11
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	11
→ ADJETIVO	11
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	12
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	16
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	17
→ PRONOMES PESSOAIS	17
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	17
→ PRONOMES RELATIVOS.....	18
→ ADVÉRBIO	19
→ PREPOSIÇÃO.....	19
→ CONJUNÇÃO	21
→ TERMOS INTEGRANTES (OBJETO DIRETO E INDIRETO, COMPLEMENTO NOMINAL E AGENTE DA PASSIVA).....	25
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO). VOCATIVO	28
→ ORAÇÕES COORDENADAS	30
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	31
→ FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS	32
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	32
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	39
→ CRASE	41
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	45
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	52
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	59
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	66
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	72
→ GABARITO 	79
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	83
→ WINDOWS 11.....	83
→ LINUX / UNIX	83

→ WORD 2019.....	84
→ EXCEL 2019.....	84
→ POWERPOINT 2019.....	85
→ WRITER.....	85
→ CALC	86
→ IMPRESS.....	86
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES	86
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO.....	87
→ INTRANET E EXTRANET	87
→ MOZILLA FIREFOX	87
→ GOOGLE CHROME.....	88
→ OUTLOOK 2019.....	88
→ OUTLOOK EXPRESS.....	89
→ MOZILLA THUNDERBIRD	89
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	89
→ REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP, ETC.).....	90
→ GRUPOS COLABORATIVOS E DE DISCUSSÃO	90
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING).....	90
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	90
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.)	91
→ FIREWALL E PROXY.....	91
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	92
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	92
→ BACKUP	93
→ GABARITO 	93

MATEMÁTICA 95

→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRÍNCIPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES).....	95
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	100
→ PROGRESSÃO GEOMÉTRICA.....	102
→ DEFINIÇÃO, INTERPRETAÇÃO GRÁFICA, INJETORA/SOBREJETORA/BIJETORA, PRODUTO CARTESIANO	103
→ MATRIZES	103
→ DETERMINANTES.....	104
→ SISTEMAS LINEARES	104
→ DEFINIÇÃO, MEDIDA, CONGRUÊNCIA, CLASSIFICAÇÃO DOS ÂNGULOS	105
→ SOMA DOS ÂNGULOS INTERNOS DO TRIÂNGULO	106
→ ÁREA E PERÍMETRO DO TRIÂNGULO	106
→ ÁREA E PERÍMETRO DE UM POLÍGONO QUALQUER.....	107
→ POLÍGONOS REGULARES (MEDIDA DO LADO, DIAGONAL, APÓTEMA E ÁREA; ÂNGULO INTERNO).....	107

→ ÁREA DO CÍRCULO, DO SETOR CIRCULAR E DO SEGMENTO CIRCULAR	108
→ GABARITO 	109

HISTÓRIA GERAL, DO BRASIL E DE ALAGOAS 111

→ ARTES, CULTURA E SOCIEDADE COLONIAIS (EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, ARTES).....	111
→ A CRISE DO SISTEMA POLÍTICO E O COLAPSO DAS ALIANÇAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA	111
→ O ESTADO NOVO (1937-1945): A GUINADA AUTORITÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DE 1937.....	111
→ INVASÕES BÁRBARAS	112
→ REINOS GERMÂNICOS, FRANCO, CAROLÍNGIO.....	112
→ FEUDALISMO	112
→ IGREJA CATÓLICA NA IDADE MÉDIA.....	113
→ MUNDO ÁRABE NA IDADE MÉDIA	113
→ BAIXA IDADE MÉDIA.....	114
→ REFORMA PROTESTANTE E CONTRARREFORMA.....	114
→ GRANDES NAVEGAÇÕES	115
→ COLONIALISMO	115
→ MERCANTILISMO	115
→ ILUMINISMO	115
→ ESTADOS MODERNOS, ANTIGO REGIME E ABSOLUTISMO	116
→ POVOS AMERICANOS (MAIAS, ASTECAS E INCAS).....	116
→ ARTES, CULTURAS E SOCIEDADES: DO RENASCIMENTO AO PRÉ-ROMANTISMO	116
→ REVOLUÇÃO INGLESA (PURITANA, GUERRA CIVIL, OLIVER CROMWELL, STUART, REVOLUÇÃO GLORIOSA).....	117
→ POVOS AFRICANOS DURANTE A IDADE MODERNA	117
→ REVOLUÇÃO FRANCESA E ERA NAPOLEÔNICA	117
→ AS REVOLUÇÕES BURGUESAS E O NACIONALISMO	118
→ REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, VIDA ECONÔMICA E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS.....	118
→ IMPERIALISMO DO SÉCULO XIX.....	118
→ A CRISE INTERNACIONAL E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	119
→ PERÍODO ENTREGUERRAS	120
→ SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)	120
→ GUERRA FRIA E AS SUPERPOTÊNCIAS	121
→ ECONOMIA NO SÉCULO XX.....	122
→ AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XX	122
→ EUROPA NO SÉCULO XX: DA RECONSTRUÇÃO À UNIÃO EUROPEIA.....	123
→ O FIM DA BIPOLARIDADE E A NOVA ORDEM MUNDIAL.....	123
→ PENSAMENTO FILOSÓFICO E POLÍTICO DESDE 1789.....	124
→ GABARITO 	124

GEOGRAFIA GERAL, DO BRASIL E DE ALAGOAS	125
→ POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	125
→ GLOBALIZAÇÃO E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	125
→ POLÍTICA E DESIGUALDADE REGIONAL.....	127
→ GEOGRAFIA POLÍTICA NO MUNDO	127
→ GEOPOLÍTICA DO BRASIL.....	128
→ FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL.....	128
→ MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AQUECIMENTO GLOBAL	128
→ GABARITO 	129

LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO POLICIAL MILITAR DE ALAGOAS..... 131

→ CONFLITOS DE LEIS PENais NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	131
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	131
→ DA CONTAGEM DOS PRAZOS (ARTS. 10 E 11 DO CP)	132
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENais (ART. 12 DO CP)	132
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	132
→ PRINCíPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP).....	132
→ PRINCíPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP).....	133
→ EFICáCIA DE SENTENÇA PENal ESTRANGEIRA (ART. 9º DO CP).....	133
→ ELEMENTOS DO FATO TíPICO	133
→ AÇÃO E OMISSão (ART. 13, § 2º, DO CP).....	134
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP).....	134
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	135
→ TIPICIDADE E RESULTADO	136
→ NEXO DE CAUSALIDADE: TEORIAS (ART. 13, CAPUT, DO CP)	136
→ NEXO DE CAUSALIDADE: CONCAUSAS (ART. 13, § 1º, DO CP)	137
→ FASES DO DELITO	137
→ CRIME IMPOSSíVEL (ART. 17 DO CP).....	138
→ DESISTêNCIA VOLUNTÁRIA (ART. 15 DO CP).....	138
→ ARREPENDIMENTO EFICAZ (ART. 15 DO CP)	138
→ TENTATIVA (CRIME) (ART. 14, INCISO II E PARáGRAFO ÚNICO, DO CP).....	138
→ CONSUMAÇÃO (ART. 14, INCISO I, DO CP)	139
→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP).....	140
→ CONSIDERAçõEs GERAis SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....	140
→ ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP).....	141
→ LEGítIMA DEFESA (ART. 25 DO CP).....	141
→ ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL (ART. 23, INCISO III, DO CP).....	142
→ EXERCíCIO REGULAR DE DIREITO (ART. 23, INCISO III, DO CP).....	142
→ CONCEITOS GERAis DA CULPABILIDADE.....	142
→ IMPUTABILIDADE PENal (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	142

→ POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILCITUDE: ERRO DE PROIBIÇÃO E DESCRIVINANTES PUTATIVAS (ARTS. 20, §1º, E 21 DO CP)	143
→ EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA (ART. 22 DO CP)	144
→ GABARITO 	144

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 147

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	147
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	147
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO.....	148
→ PODER REGULAMENTAR.....	149
→ PODER HIERÁRQUICO	149
→ PODER DISCIPLINAR	150
→ PODER DE POLÍCIA	150
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	151
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	152
→ EXCLUDENTES E ATENUANTES DE RESPONSABILIDADE.....	152
→ RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS OMISSIVOS.....	153
→ RESPONSABILIDADE POR ATOS LEGISLATIVOS E JUDICIAIS.....	153
→ CONCEITOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	153
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	153
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES	154
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO)	154
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021)	155
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021).....	155
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021)	156
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI Nº 14.133/2021).....	156
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (AR. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021).....	157
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº14.133/2021).....	157
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	157
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021)	158
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS(ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021).....	158
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021).....	159
→ ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI Nº 14.133/2021)	159
→ GABARITO 	160

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL 161

→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	161
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	161
→ HABEAS CORPUS	163

→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	163
→ MANDADO DE INJUNÇÃO.....	165
→ HABEAS DATA.....	165
→ AÇÃO POPULAR	166
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	166
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	167
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	168
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	169
→ PERDA DA NACIONALIDADE	169
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	170
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	170
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	171
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	172
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	172
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	173
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	174
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	175
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988)	177
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988).....	177
→ FORÇAS ARMADAS (ARTS. 142 E 143 DA CF/1988).....	178
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	179
→ GABARITO 	179

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	181
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	181
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	189
→ GABARITO 	194

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	197
→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	197
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	198
→ FONTES, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS	201
→ NORMAS DE INTERPRETAÇÃO E APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS.....	202
→ INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DH AO DIREITO BRASILEIRO. POSIÇÃO HIERÁRQUICA.....	202
→ A EXECUÇÃO DE DECISÕES DE TRIBUNAIS INTERNACIONAIS DE DH NO BRASIL.....	203
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CADH-OAS).....	203
→ MEIOS DE PROTEÇÃO (ARTS. 33 A 73 DA CADH-OAS)	204
→ GABARITO 	205

LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO POLICIAL MILITAR DE ALAGOAS

→ CONFLITOS DE LEIS PENais NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP)

1. (CEBRASPE-CESPE – 2018) A aplicação do princípio da retroatividade benéfica da lei penal ocorre quando, ao tempo da conduta, o fato é

- a) típico e lei posterior suprime o tipo penal.
- b) típico e lei posterior provoca a migração do conteúdo criminoso para outro tipo penal.
- c) típico e lei posterior aumenta a pena correspondente ao crime.
- d) típico e lei posterior acrescenta hipótese de aumento de pena.
- e) atípico e lei posterior o torna típico.

2. (CEBRASPE-CESPE – 2016) Um crime de extorsão mediante sequestro perdura há meses e, nesse período, nova lei penal entrou em vigor, prevendo causa de aumento de pena que se enquadra perfeitamente no caso em apreço.

Nessa situação hipotética,

- a) a lei penal mais grave não poderá ser aplicada: o ordenamento jurídico não admite a novatio legis in pejus.
- b) a lei penal menos grave deverá ser aplicada, já que o crime teve início durante a sua vigência e a legislação, em relação ao tempo do crime, aplica a teoria da atividade.
- c) a lei penal mais grave deverá ser aplicada, pois a atividade delitiva prolongou-se até a entrada em vigor da nova legislação, antes da cessação da permanência do crime.
- d) a aplicação da pena deverá ocorrer na forma prevista pela nova lei, dada a incidência do princípio da ultratividade da lei penal.
- e) a aplicação da pena ocorrerá na forma prevista pela lei anterior, mais branda, em virtude da incidência do princípio da irretroatividade da lei penal.

3. (CEBRASPE-CESPE – 2016) Considerando os princípios constitucionais e legais informadores da lei penal, assinale a opção correta.

- a) Por adotar a teoria da ubiquidade, o CP reputa praticado o crime tanto no momento da conduta quanto no da produção do resultado.
- b) A lei material penal terá vigência imediata quando for editada por meio de medida provisória, impactando diretamente a condenação do réu se a denúncia já tiver sido recebida.

- c) Considerando os princípios informativos da retroatividade e ultratividade da lei penal, a lei nova mais benéfica será aplicada mesmo quando a ação penal tiver sido iniciada antes da sua vigência.
- d) A novatio legis in mellius só poderá ser aplicada ao réu condenado antes do trânsito em julgado da sentença, pois somente o juiz ou tribunal processante poderá reconhecê-la e aplicá-la.
- e) Ainda que se trate de crime permanente, a novatio legis in pejus não poderá ser aplicada se efetivamente agravar a situação do réu.

→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP)

4. (CEBRASPE-CESPE – 2021) A lei penal temporária

- a) será aplicada nos crimes permanentes mesmo que, cessada a permanência delituosa, outra lei já esteja em vigor.
- b) é aplicada a fatos ocorridos na sua vigência, desde que sejam julgados definitivamente nesse período.
- c) é elaborada para vigorar em períodos anormais, e sua vigência não tem duração determinada.
- d) deve ser revogada expressamente por outra lei posterior para que cesse a sua vigência.
- e) inclui o fator temporal como pressuposto da ilicitude punível.

5. (CEBRASPE-CESPE – 2019) Nas disposições penais da Lei Geral da Copa, foi estabelecido que os tipos penais previstos nessa legislação tivessem vigência até o dia 31 de dezembro de 2014.

Considerando-se essas informações, é correto afirmar que a referida legislação é um exemplo de lei penal

- a) excepcional.
- b) temporária.
- c) corretiva.
- d) intermediária.

6. (CEBRASPE-CESPE – 2018) Em relação à aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

- a) A lei penal não admite a extraterritorialidade.
- b) A falta de cominação legal não inviabiliza a aplicação de pena.

- c) A lei penal não retroage quando uma conduta deixa de ser considerada crime.
 - d) A lei penal retroage quando uma conduta passa a ser considerada crime pelo ordenamento jurídico.
 - e) A lei temporária continua aplicável a fato praticado em sua vigência, ainda que decorrido o seu período de duração.
-

→ DA CONTAGEM DOS PRAZOS (ARTS. 10 E 11 DO CP)

- 7. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** De acordo com a doutrina e a legislação penal, os prazos penais são
- a) prorrogáveis, incluindo-se em sua contagem o dia do começo.
 - b) improrrogáveis, excluindo-se o dia do começo em seu cômputo.
 - c) improrrogáveis, incluindo-se em seu cômputo o dia do começo.
 - d) prorrogáveis, excluindo-se o dia do começo em sua contagem.
-

→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENais (ART. 12 DO CP)

- 8. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** Nas situações de conflito aparente de leis penais, havendo a incidência de dois tipos penais no mesmo fato, ambos com violação ao mesmo bem jurídico, mas em graus distintos (relação de menor e maior gravidade), deve-se resolver o conflito a partir da aplicação do princípio da
- a) alternatividade.
 - b) absorção.
 - c) taxatividade.
 - d) consunção.
 - e) subsidiariedade.
-

9. (CEBRASPE-CESPE – 2019) André, de vinte e dois anos de idade, com o propósito de ferir Bernardo, seu desafeto, agrediu-o com socos no abdome, lesionando-o significativamente. Durante a agressão, André decidiu matar Bernardo; com o emprego de uma barra de ferro, ele golpeou a cabeça de Bernardo, que, em virtude dos ferimentos provocados por esse instrumento, veio a falecer ainda no local do fato.

Nessa situação hipotética, André deverá ser punido.

- a) Pelo delito de lesão corporal seguida de morte.
 - b) Pelo delito de homicídio apenas, sendo o caso de crime progressivo.
 - c) Pelos delitos de lesão corporal e homicídio em continuidade delitiva.
 - d) Pelo delito de homicídio apenas, consistindo em progressão criminosa a evolução de lesão corporal para homicídio.
 - e) Pelos delitos de lesão corporal e homicídio em concurso formal.
-

10. (CEBRASPE-CESPE – 2018) Para solucionar o conflito aparente de normas, são empregados os princípios da

- a) especialidade e da subsidiariedade.
 - b) especialidade e da proporcionalidade.
 - c) proporcionalidade e da subsidiariedade.
 - d) subsidiariedade e da fragmentariedade.
 - e) fragmentariedade e da especialidade.
-

→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP)

- 11. (CEBRASPE-CESPE – 2020)** Com relação ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou, respectivamente, as teorias da(a)
- a) resultado e da ação.
 - b) consumação e do resultado.
 - c) atividade e da ubiquidade.
 - d) ubiquidade e da atividade.
 - e) ação e da consumação.
-

12. (CEBRASPE-CESPE – 2019) A respeito da lei penal no tempo e no espaço, julgue os seguintes itens, tendo como referência o Código Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- I. A lei penal mais benéfica retroagirá em benefício do réu, de acordo com o princípio da retroatividade benéfica penal.
 - II. Em relação ao tempo do crime, o direito penal brasileiro adota a teoria da atividade.
 - III. Em relação ao lugar do crime, o direito penal brasileiro adota a teoria do resultado.
 - IV. A lei penal mais benéfica aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que ocorra superveniência de lei penal mais gravosa ao longo da atividade delitiva.
- Estão certos apenas os itens
- a) I e II.
 - b) I e IV.
 - c) II e III.
 - d) I, III e IV.
 - e) II, III e IV.
-

13. (CEBRASPE-CESPE – 2018) Com relação a lugar do crime e territorialidade e extraterritorialidade da lei penal, conforme previstos no CP, assinale a opção correta.

- a) Nos crimes tentados, o lugar do crime será onde o agente pretendia que tivesse ocorrido a consumação do delito.
 - b) Nos crimes conexos, não se aplica a teoria da ubiquidade, devendo cada crime ser julgado pela legislação penal do país em que for cometido.
 - c) No concurso de pessoas, o lugar do crime será somente aquele em que ocorrerem os atos de participação ou coautoria, independentemente do local do resultado.
 - d) No crime continuado, somente será aplicada a lei nacional quando todos os fatos constitutivos tiverem sido praticados em território brasileiro, por se tratar de delito unitário.
 - e) Nos crimes complexos, não se aplica a teoria da ubiquidade, mesmo que o delito-meio tenha sido cometido em território brasileiro.
-

→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP)

14. (CEBRASPE-CESPE – 2023) Acerca da aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

- a) Compete ao juízo das execuções a aplicação da lei penal mais benéfica ao acusado, ainda que não transitada em julgado a sentença condenatória.
- b) Sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos ocorridos em aeronaves privadas estrangeiras durante seu voo sobre o território brasileiro.
- c) A lei excepcional ou temporária, quando decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.

- d) Para efeito de análise do local do crime, a legislação brasileira adota a teoria da atividade.
- e) Na contagem dos prazos previstos no Código Penal (CP), exclui-se o dia do começo do prazo e inclui-se o do vencimento.

15. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Quanto à eficácia espacial da lei penal à luz do princípio da territorialidade, é correto afirmar que a lei penal só tem aplicação no

- a) Estado que a tenha determinado, independentemente da nacionalidade do agente e do bem jurídico tutelado.
- b) Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, a nacionalidade do sujeito ativo do delito.
- c) Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, o espaço geográfico delimitado por fronteiras.
- d) Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, o titular do bem jurídico tutelado.
- e) Estado que a tenha determinado, considerando-se, unicamente, a nacionalidade da vítima.

16. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Com relação à lei penal no espaço, a legislação brasileira utiliza, em regra, o princípio da

- a) territorialidade.
- b) personalidade ativa.
- c) personalidade passiva.
- d) justiça cosmopolita.
- e) defesa.

→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP)

17. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Segundo o Código Penal, ficará sujeito à lei brasileira, ainda que cometido no estrangeiro, o crime

- a) praticado em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando ocorrer em território estrangeiro e neste for julgado.
- b) de genocídio, independentemente da nacionalidade e do domicílio do agente.
- c) cometido por brasileiro, independentemente de a conduta ser punida também no país em que for praticada.
- d) contra a administração pública brasileira, ainda que o agente não esteja a seu serviço.
- e) contra o patrimônio de município brasileiro, ainda que o agente tenha sido absolvido no estrangeiro.

18. (CEBRASPE-CESPE – 2019) Acerca das regras de territorialidade e de extraterritorialidade da lei penal, assinale a opção correta.

- a) Crime de genocídio praticado fora do território brasileiro poderá ser julgado no Brasil quando cometido contra povo alienígena por estrangeiro domiciliado no Brasil.
- b) O brasileiro que praticar crime em território estrangeiro poderá ser punido, devendo ser aplicada ao fato a lei penal brasileira, ainda que o agente não mais ingresse no Brasil.
- c) Crime contra a administração pública nacional praticado no exterior ficará sujeito à lei brasileira quando o agente criminoso que estava a serviço da administração regressar ao Brasil.
- d) Crime praticado em embarcação de propriedade de governo estrangeiro, quando se encontrar em mar territorial brasileiro, ficará sujeito à lei penal brasileira.

- e) Crime praticado em aeronave brasileira de propriedade privada em território estrangeiro não se sujeita à lei penal brasileira, mesmo que não seja julgado no exterior.

19. (CEBRASPE-CESPE – 2016) No que se refere à aplicação da lei penal no espaço, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o princípio da nacionalidade, é possível a aplicação da lei penal brasileira a fato criminoso lesivo a interesse nacional ocorrido no exterior.
- b) A aplicação da lei penal brasileira a cidadão brasileiro que cometa crime no exterior é possível, de acordo com o princípio da defesa.
- c) De acordo com o princípio da representação, a lei penal brasileira poderá ser aplicada a delitos cometidos em aeronaves ou embarcações brasileiras privadas, quando estes delitos ocorrerem no estrangeiro e aí não forem julgados.
- d) De acordo com o princípio da justiça penal universal, a aplicação da lei penal brasileira é possível independentemente da nacionalidade do delinquente e do local da prática do crime, se este estiver previsto em convenção ou tratado celebrado pelo Brasil.
- e) Segundo o princípio da territorialidade, a lei penal brasileira poderá ser aplicada no exterior quando o sujeito ativo do crime praticado for brasileiro.

→ EFICÁCIA DE SENTENÇA PENAL ESTRANGEIRA (ART. 9º DO CP)

20. (CEBRASPE-CESPE – 2016) Com relação à aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

- a) As frações de dia são computadas como um dia integral de pena nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos.
- b) O direito penal, quanto ao tempo do crime, considera praticado o crime no momento do seu resultado.
- c) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz as mesmas consequências, poderá ser homologada no Brasil para todos os efeitos, exceto para obrigar o condenado à reparação do dano.
- d) Ficam sujeitos à lei brasileira os crimes contra o patrimônio ou a fé pública do DF, de estado, de município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo poder público, embora cometidos no estrangeiro, sendo o agente punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido no estrangeiro.
- e) Não é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, ainda que achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

→ ELEMENTOS DO FATO TÍPICO

21. (CEBRASPE-CESPE – 2018) Considerando-se o conceito analítico de crime, exclui-se a conduta quando

- a) presente doença mental do agente da conduta.
- b) presente coação física, seja resistível, seja irresistível.
- c) presente embriaguez preordenada.
- d) presente coação moral irresistível.
- e) presentes caso fortuito e força maior